

A Abordagem Estruturalista da Inflação: elementos para um método de análise.

Patrick Fontaine¹

Abstract

A escola estruturalista da Cepal desenvolveu em meados do século XX uma abordagem para o fenômeno da inflação extremamente original e com grande potencial heurístico, que se tornou popular ao longo da década de 1960. A abordagem sustenta que a inflação emerge da estrutura das economias como resultado de desequilíbrios de caráter real no processo de desenvolvimento, que se manifestam sob a forma de aumento de nível de preços. A escola propõe um método de análise que isola os elementos que contribuem para a aceleração dos preços em diferentes categorias, com o objetivo de desenhar políticas específicas voltadas para cada um dos diferentes elementos. Este trabalho sintetiza o desenvolvimento desse método com base nas contribuições de Prebisch, Noyola e Sunkel.

Classificação JEL – E63

Palavras-chave: inflação, estruturalismo, Cepal.

Introdução

A Conference on Inflation and Economic Growth, realizada no Rio de Janeiro entre os dias 3 e 11 de Janeiro de 1963 pode ser entendida como uma expressão das ideias predominantes sobre inflação na América Latina, e talvez no mundo, do pós-guerra. A conferência teve origem numa iniciativa da National Planning Association, que financiou, em conjunto com a Rockefeller Foundation e a Dearborn Foundation, o encontro de economistas europeus, norte-americanos e latino-americanos em Bellagio, na Itália, para discutir o fenômeno da inflação (Ruggles, 1964). A reunião de Bellagio teve como principal resolução a necessidade da realização de uma conferência na América Latina com o mesmo tema, patrocinada por instituições privadas de pesquisa. Foi impedido o envio de representantes oficiais de organizações internacionais ou

¹ Doutorando em Economia pela UFRJ e pesquisador do GEMSF e da RedeSist

nacionais, públicas ou privadas. Economistas e outros especialistas deveriam ser convidados individualmente, de forma independente de suas afiliações.

O comitê formado em Bellagio encarregou-se do programa, que incluía nomes como Octávio Bulhões, Roberto Campos, Celso Furtado, Eugênio Gudin, Roy Harrod, Albert Hirschman, Nicholas Kaldor, Dudley Seers, Mário Henrique Simonsen, Osvaldo Sunkel, Aníbal Pinto, sir Arthur Lewis, além de representantes de ministérios da economia e diretores de bancos centrais. Richard Ruggles, da universidade de Yale, foi encarregado, no livro editado a partir da conferência, de sintetizar as ideias que emergiram, e as apresenta organizadas em dois blocos teóricos opostos: monetaristas e estruturalistas. Essas foram as teorias que alcançaram maior relevância no contexto em questão, e que de certa forma pautaram as discussões que desencadeavam as medidas de política econômica. Eram o que havia de mais avançado em teorias sobre inflação na América Latina no ano de 1963.

Sob a perspectiva monetarista do tema, o controle da inflação aparece como um dos aspectos centrais para o desenvolvimento das nações. As tensões inflacionárias tenderiam a desestruturar a economia e impedir o crescimento, e por isso o controle da inflação se fazia tão necessário em economias em processo de desenvolvimento. A estabilidade monetária aparece como condição necessária para o crescimento econômico sustentado, já que processos inflacionários têm como consequência o desordenamento da economia. Segundo Ruggles:

“Na visão deles [monetaristas] inflação continuada diminui o volume de recursos disponíveis para investimento doméstico. Não somente a poupança total diminui como parte significativa da poupança é canalizada para o estrangeiro ao invés do investimento doméstico e, simultaneamente, o fluxo de capital vindo do estrangeiro é desencorajado. Ademais, uma parte substancial dos recursos subtraídos dos investimentos domésticos é revertida para usos que não são de elevada prioridade social.” (Ruggles, 1964, p.3, traduzido)

A alta inflação seria responsável pelo aumento desnecessário de estoques, pelo redirecionamento de recursos monetários de mercados de investimento para o imobiliário de luxo, de menor utilidade social, mas mais rentáveis, e causaria dificuldades na manutenção da estabilidade do balanço de pagamentos, forçando governos a montar estratégias de controle do déficit comercial.

Aos governos de economias em trajetória inflacionária caberia decidir entre estabilizar ou não estabilizar, mas a estabilização seria condição inevitável para a retomada do crescimento.

No polo oposto está o estruturalismo, que sustenta que desequilíbrios que emergem em rápidos processos de desenvolvimento, urbanização, industrialização, podem eles mesmos ser causadores de acelerações no nível de preços. A restrição da disponibilidade de moeda para conter o avanço dos preços teria como consequências o aumento do desemprego, estagnação e instabilidade política.

Ruggles sintetiza o que seria o estruturalismo, enfatizando que, para essa escola, o crescimento da economia e da renda poderia gerar incremento de demanda em setores com gargalos ou dominados por estruturas oligopolistas que impedem a evolução da oferta no mesmo ritmo, gerando assim um processo inflacionário. Esse seria tipicamente o caso do setor agrícola, primeiro a ter a demanda aumentada quando há incremento da renda, dado que as classes baixas tenderiam a se alimentar mais e melhor. Além disso, haveria rigidezes no sistema, como o salário mínimo, por exemplo, que impediriam a realocação livre de recursos que pudesse reequilibrar o nível de preços. Esse aumento nos preços dos bens agrícolas, a depender do tipo de organização sindical, seria então muito provavelmente disseminado para o resto da economia, dado seu impacto sobre o custo de vida, e seriam então negociados aumentos nos salários para compensar essa perda de poder de compra. A raiz do problema se coloca então na incapacidade da oferta de acompanhar a evolução da demanda.

Esse é o panorama que se desenha em 1963 no debate sobre a inflação. Esse artigo se debruça sobre a perspectiva estruturalista para a inflação, revisitando seus autores. O objetivo é chegar a uma síntese daquilo que se pode chamar de teoria estruturalista da inflação, tendo como ideia de fundo a compatibilização desse corpo teórico (ou analítico) com a conjuntura atual das economias latino-americanas. O fenômeno de aumento da renda das classes baixas que se observa em muitos dos países latino-americanos parece ter impactado, em conjunto com outros fatores, a evolução dos preços como um todo, mas especialmente dos preços dos alimentos. A ideia de que a geração de renda pressiona a estrutura da economia que, sendo subdesenvolvida, não reage na velocidade devida, gerando desequilíbrios, parece estar reconquistando relevância no momento atual.

Uma releitura dos autores originais se faz então extremamente útil. O método de análise ao qual chegam os autores da tradição estruturalista tem força heurística muito superior às análises que enxergam a inflação de maneira horizontal, por não descreverem o fenômeno em toda sua complexidade. É um método que deriva da observação da realidade e que objetiva dissecar a inflação considerando as especificidades de cada estrutura econômica, e que tende a ser extremamente valioso para o desenho de políticas voltadas ao controle da evolução dos preços.

1 - Raul Prebisch, a criação do estruturalismo e sua entrada no debate da inflação

Raul Prebisch foi encarregado em 1948, depois de seu exílio forçado pela ditadura de Perón, de escrever a introdução do primeiro Estudo Econômico da América Latina para a recém-criada Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). O texto, publicado em 1949, é visto como marco inaugural da escola estruturalista (Bielschowsky, 2000), introduzindo a ideia de que os países latino-americanos se relacionam de maneira subordinada com os países “centrais”, e que esse relacionamento condiciona o processo de desenvolvimento destas economias. Prebisch estava atento ao processo de transformação econômica pelo qual passava o continente, impulsionado pelos estrangulamentos impostos pela crise de 1929 e pelas duas grandes guerras mundiais, que obrigaram os países a desenvolverem atividades industriais para suprir a demanda interna.

Prebisch se posicionava então de maneira contrária à ortodoxia econômica, assim como havia feito Keynes uma década antes, mas sob uma nova perspectiva, criticando a ideia de que o comércio internacional seria suficiente para disseminar o desenvolvimento por todo o globo. A originalidade de Prebisch é perceber que os países periféricos se subordinam à dinâmica dos países centrais e que por isso tem seu desenvolvimento condicionado e limitado. O trabalho desenvolvido por Prebisch foi recebido com desconforto pela ONU, organização à qual se vinculava, e assim a Cepal, em seu documento inaugural, se posiciona como um órgão de pensamento crítico.

No que diz respeito à inflação, Prebisch não desenvolveu nenhuma tese específica, mas tendeu inicialmente a interpretar a inflação como um resultado da expansão monetária excessiva, aproximando-se da Teoria Quantitativa da Moeda:

“Não vá interpretar-se que os ensinamentos tradicionais carecem de valor. Se não fornecem normas positivas, indicam, pelo menos, o que se não pode fazer sem comprometer a estabilidade da moeda. Os extremos a que se chegou na inflação demonstram que a política monetária não se inspirou nesses ensinamentos: basta considerar que, de maneira geral, certos países importantes da América Latina aumentaram seu meio circulante mais intensamente que os países obrigados a cobrir ingentes gastos de guerra.” (Prebisch, [1949] 2000, pag.76)

Prebisch deposita sobre a emissão monetária grande responsabilidade para o aumento de preços experimentado pelos países latino-americanos ao longo da primeira metade do século XX. Mas, ao mesmo tempo, não parece estar de acordo com a ideia de neutralidade da moeda, e reconhece a capacidade de uma expansão monetária exercer influência na dinâmica da economia real:

“O fato de se haver exagerado o estímulo [monetário] necessário para atingir a ocupação máxima levou, internamente, a uma pressão inflacionária excessiva, a qual, ao se dilatar novamente a quota de importações anteriormente comprimida pela guerra, quando houve a renovação posterior do intercâmbio, esgotou grande parte do ouro e dos dólares previamente acumulados.” (Prebisch, [1949] 2000, pag.105)

Prebisch se posiciona contrário à hipótese de neutralidade da moeda, e admite a influência que a expansão monetária tem sobre o nível de preços. Põe significativa relevância no problema da inflação para o comércio internacional, que torna os bens produzidos nacionalmente mais caros em relação aos estrangeiros, conduzindo as economias da região a déficits comerciais sucessivos. Essa percepção é permitida por e consistente com a trajetória histórica da América Latina, que tem sua estrutura econômica concebida e voltada para a exportação.

Outra percepção astuta do autor foi notar o potencial redistributivo de um processo inflacionário, atentando para capacidade dos empresários de elevar seus preços em meio a esse processo e incorrer em “lucros extraordinários”. Durante a aceleração dos preços, a classe média e trabalhadora menos articulada politicamente seriam os principais perdedores. Esse aspecto vai posteriormente ser tratado com maior ênfase por Noyola.

Preocupa-se também com o destino de aplicação dos lucros extraordinários auferidos pelos empresários, que seriam produtivos se reinvestidos e agravantes do déficit comercial se gastos em importações de luxo. Ventila como possibilidade a reformulação do regime tributário como forma de incentivar o reinvestimento de lucros e desencorajar o consumo suntuoso, demonstrando consciência sobre o papel da oferta na determinação da evolução dos preços. A ideia da reforma tributária será talvez a principal reivindicação de Osvaldo Sunkel como será abordado mais adiante.

Prebisch desenvolve brevemente uma análise dinâmica da inflação, destacando três fases: a primeira de euforia e prodigalidade, na qual os agentes que conseguem lucros extraordinários favorecidos pelo aumento de preços tem uma percepção ilusória de aumento da riqueza da coletividade, acomodam os investimentos e reverterem lucros para o consumo; uma segunda etapa, de tensões crescentes, na qual os agentes desfazem a percepção de virtuosidade; e a terceira, de reajustes dolorosos. Essa análise, no entanto, não será levada adiante por nenhum de seus sucessores.

Identifica-se, assim, uma tentativa de tipologia do processo inflacionário. Prebisch, no texto conhecido como Manifesto Latino-americano, sublinha mecanismos econômicos envolvendo a inflação, e descreve, ainda que sucintamente, a dinâmica do processo inflacionário. Não desenvolveu, no entanto, uma teoria da inflação, tampouco um método de análise para o fenômeno de aumento de preços, mas já põe em destaque alguns elementos que Noyola e Sunkel vão incorporar alguns anos mais tarde.

O pensamento de Prebisch, no que concerne a inflação, pode ser resumido em uma frase, e a depender da forma como é lida, pode ser entendida como influência para os estruturalistas que o seguiram:

“A pressão considerável das necessidades privadas e coletivas sobre uma quantidade relativamente escassa de recursos costuma trazer consigo fenômenos inflacionários.” (Prebisch, [1949] 2000, pag.110)

A pergunta que se coloca a partir dessa frase é se a escassez dos recursos se dá pelo excesso de demanda ou pela insuficiência de oferta, que a rigor são duas acepções distintas sobre um mesmo fenômeno. Noyola, Sunkel, Pinto e outros estruturalistas tendem a interpretar o aumento da demanda como reflexo do desenvolvimento e,

portanto, depositam a responsabilidade pela aceleração dos preços sobre a insuficiência de oferta.

2- Juan Noyola Vázquez: uma teoria revolucionária de inflação

O Fundo Monetário Internacional (FMI), ao longo da década de 1950, adotou as teses monetaristas sobre inflação, sustentadas na Teoria Quantitativa da Moeda, como estado da arte sobre a questão, sendo assim aplicáveis a qualquer país no mundo, independente do seu nível de desenvolvimento. O FMI enviou missões à América Latina com o objetivo de solucionar o problema da inflação que estes países vinham enfrentando. Uma primeira missão foi enviada ao Chile, em agosto de 1950, coordenada por Bernstein, e posteriormente, em 1954, por Klein & Sack. Klein & Sack foram também ao Brasil, no mesmo ano, para orientar a formulação do Programa de Estabilização Monetária do Presidente Kubitschek e do Ministro da Fazenda Lucas Lopes. A contração salarial, com base na teoria quantitativa da moeda, foi a sugestão como solução para a inflação.

O principal diagnóstico monetarista para o processo inflacionário seguia sendo a excessiva emissão de moeda: “as emissões monetárias representam o centro nervoso de todas as inflações [...] e são o ponto vital no qual podem ser atacadas” (FMI, 1950, apud Pinto, [1959] 1969, p. 68).

As missões enviadas ao Brasil e Chile não alcançam os resultados esperados, e ambos os países engrenam processos inflacionários na década de 1950. A ineficácia das missões parece ter acirrado o debate sobre inflação, e surge uma controvérsia acerca do tema em meio à Cepal. Como apontado por Furtado, “a controvérsia entre monetaristas versus estruturalistas nasceu dentro da própria Cepal” (Furtado, 1985, pag. 182).

Furtado, que em meados dos anos 1950 esteve muito próximo de Noyola, se opunha à ideia de inflação de custos, que segundo ele era uma simplificação conservadora de um fenômeno que envolvia concentração do mercado, expectativa de demanda além de outros fatores. Ressaltava ainda a grande diversidade de experiências inflacionárias entre os diferentes países da região, e enxergava a aceleração de preços como expressão de um distúrbio no funcionamento da economia real (Boianovsky, 2012).

A participação de Prebisch no fracassado plano de estabilização da Argentina entre 1955-56 abriu espaço para que os então jovens Furtado e Noyola impusessem sua própria visão (Boianovsky, 2012). Em carta a Furtado, Noyola escreveu:

“Preparei alguma notas sobre o estudo da inflação e desenvolvimento no Chile, de acordo com o que discutimos, e adiantei as principais linhas da interpretação teórica. Do ponto de vista metodológico, eu mostrei que é possível analisar a inflação sem mencionar “meio de circulação”, “meios de pagamento” e outras futilidades que ainda “circulam” na Cepal. A reação de Prebisch foi bastante desfavorável. Ele pensou que podia evitar a publicação... Ele finalmente aceitou que para analisar a inflação não é necessário usar dados monetários, e me pediu novamente a interpretação da inflação chilena condensada em 5 páginas, e fez o mesmo com Jorge Ahumada e Osvaldo Sunkel. Então, em menos de 3 semanas, eu quase terminei a produção da Grande Teoria de Inflação” (Carta de Noyola a Furtado, 4 de maio de 1955, apud Boianovsky, 2012, traduzido, p.15)

Juan Noyola Vásquez publica, então, em 1956 aquele que é tido como o primeiro documento estruturalista dedicado à questão da inflação. Noyola opõe-se drasticamente ao consenso vigente sobre inflação, afirmando categoricamente logo na primeira frase de seu texto:

“A inflação não é um fenômeno monetário. É o resultado de desequilíbrios de caráter real, que se manifestam sob a forma de aumentos do nível geral de preços. Esse caráter real do processo inflacionário é muito mais perceptível nos países subdesenvolvidos do que nos países industrializados.” (Noyola, [1957] 2000, pag. 295)

Essa nova interpretação contrasta frontalmente a ideia de inflação como fenômeno numérico, resultante da expansão da moeda, oriunda da tradição clássica ligada à Teoria Quantitativa da Moeda. O esforço de Noyola foi desenvolver uma teoria para compreender o fenômeno da inflação latino-americana em toda sua complexidade, que segundo ele não pode ser explicado a partir de teorias demasiadamente simplificadas como a keynesiana², ou por teorias que não considerem as especificidades

² No caso específico da análise da inflação, a abordagem keynesiana é inadequada para a realidade de países subdesenvolvidos no que concernem os determinantes da oferta agregada. Dois aspectos da função de oferta agregada diferem em relação aos países desenvolvidos: “a oferta de bens de capital está essencialmente conectada com a capacidade de importar, e a oferta de trabalho é altamente

das estruturas dos países latino-americanos. Passam a serem considerados relevantes todos os elementos que originam desequilíbrios no sistema econômico, sejam de caráter estrutural, dinâmico ou institucional. A inflação deixa de ser entendida como um fenômeno exclusivamente monetário e passa a ser socioeconômico.

Para avançar no esforço analítico do fenômeno da inflação, Noyola propõe um método que distingue duas categorias fundamentais: as pressões inflacionárias básicas e os mecanismos de propagação:

“As pressões inflacionárias básicas comumente se originam em desequilíbrios do crescimento, quase sempre localizados em dois setores: o comércio exterior e a agricultura. Os mecanismos de propagação podem ser muito variados, mas normalmente podem ser agrupados em três categorias: o mecanismo fiscal (...), o mecanismo de crédito e o mecanismo dos reajustes dos preços e da renda.” (Noyola, [1957] 2000, p. 296)

Assim, o nível da inflação dependeria primordialmente da magnitude das pressões inflacionárias básicas e, secundariamente, da existência de mecanismos de propagação. Dessa maneira, Noyola se distancia definitivamente da interpretação simplista que resume a inflação à emissão monetária, e começa a estruturar um esquema analítico que a depender do diagnóstico para cada caso específico levaria à proposição de medidas de política distintas. Objetivou assim por em evidência os traços das possíveis sequências para cada uma das variedades de pressões inflacionárias (Pinto, 1959).

O processo de desenvolvimento na América Latina, como na maior parte dos países, é normalmente associado a atividades industriais, e assim parece estar mais intimamente ligado aos setores urbanos da sociedade e da população. Dado que em países subdesenvolvidos a renda per capita é bastante baixa, a população aloca uma parcela significativa da sua renda, e da renda marginal auferida, no consumo de produtos agropecuários. Assim, a demanda por estes produtos aumenta secularmente, enquanto que a oferta, a depender da estrutura produtiva, pode não acompanhar esse aumento. O oposto acontece com produtos não agropecuários. E então há um processo de aceleração constante nos preços de bens agropecuários, e como tais produtos têm um

elástica (por causa do desemprego estrutural com produtividade marginal zero à la Lewis) mesmo com plena utilização do estoque de capital.” (Boianovsky, 2012, p.25, traduzido)

peso muito grande no índice de custo de vida, e esse índice segue tendência de alta. (Escobar, 1964)

A análise de Noyola foi muito atraente à época porque levava em conta as peculiaridades estruturais, históricas e institucionais dos países da região, e o autor parece ter sido conduzido a suas conclusões pelas experiências históricas que estudou, que tiveram dinâmicas muito distintas: Chile e México entre 1930 e 1955.

No Chile, as principais pressões de caráter básico àquela época seriam duas, a primeira delas oriunda da estagnação das exportações. A estagnação das exportações significa a estagnação da entrada de divisas, e as importações seguiram se expandindo, o que implica em uma escassez relativa de dólares e a consequente valorização dessa moeda. Como decorrência, tem-se o aumento dos preços das importações. Além desse aspecto, Noyola sublinha as oscilações de curto-prazo das exportações como problema adicional para a dinâmica de preços, sendo a mais intensa ocorrida entre 1929 e 1932, quando a capacidade importar caiu 84% em razão da crise do salitre, então principal produto de exportação do Chile. Como forma de ilustrar a intensidade de estagnação das exportações, Noyola argumenta que a capacidade de importar por habitante chileno em 1953 ainda não havia alcançado o nível pré 1929.

A segunda fonte de pressões inflacionárias, no caso chileno, seria a inelasticidade da oferta da produção agrícola, que passa a estar recorrentemente nas interpretações estruturalistas sobre a inflação. Como razões para tal inelasticidade, Noyola aponta a lentidão da incorporação do progresso técnico na agricultura e o condicionamento das decisões de produção a uma organização semifeudal que existia no Chile no período em que escrevia.

A economia chilena teve no período no período em questão, além das pressões inflacionárias básicas, algumas características que tornaram propícias as condições de propagação da inflação. A estrutura ocupacional da população com (a) uma proporção relativamente baixa da população agrícola, em comparação com outros países latino-americanos (apenas 32% da população ativa); (b) diferenças de salários e de produtividade relativamente estreitas entre as diversas atividades; (c) aumentos muito lentos da produtividade, exceto no setor exportador, onde eles foram neutralizados pela estagnação da demanda e pela secular queda dos preços; e em razão dos anteriores, (d) transferências de mão de obra dos setores mais produtivos para os menos produtivos:

“Todas essas características conferem uma grande rigidez à oferta de mão de obra, o que facilitou a organização sindical e a defesa dos salários reais. Ao mesmo tempo, e um pouco paradoxalmente, essas próprias características acentuaram o perigo do desemprego nas atividades mais bem remuneradas[...] Além dessas razões, existem outras que tendem a conferir rigidez aos demais fatores produtivos. Entre elas figuram o caráter monopolista da mineração de exportação e a estrutura agrária em vigor, que possibilita a organização dos produtores agrícolas para fixarem preços, evadirem-se dos impostos, controlarem o sistema bancário etc.” (Noyola, [1957] 2000, p.299)

A maneira como se constituía a economia chilena e a reação dos trabalhadores organizados defendendo seu poder de compra teria, portanto, facilitado a disseminação do aumento dos preços, que originados em dois setores passaram a se fazer presentes em toda a economia.

No caso do México, as circunstâncias distintas conduziram a uma dinâmica inflacionária também diferenciada. As duas fontes de pressões básicas, do caso chileno, não estavam presentes no México. Primeiro, o setor exportador mexicano teve desempenho mais acelerado, com maior grau de diversificação, suavizando o efeito da variação dos preços das commodities. Consequentemente, a taxa de câmbio evolui de maneira mais estável, impactando menos nos preços dos bens importados. Segundo, o setor produtor de alimentos acompanhou o ritmo de crescimento do resto da economia e do crescimento da demanda, evitando aumentos no preço dos bens salários. Noyola atribui esse fenômeno à extensiva reforma agrária realizada entre os anos de 1934 e 1940, que nacionalizou a propriedade do solo, em meio à Revolução Zapatista .

As pressões inflacionárias básicas observadas no Chile não se repetiram, portanto, no México. No entanto, como aponta Noyola, “a diferença entre as duas inflações e, principalmente, seus efeitos sobre a distribuição de renda, parece enraizar-se no funcionamento dos mecanismos de propagação”. (Noyola, [1957] 2000, p. 303)

Os preços subiram, entre 1939 e 1947, 3,6 vezes no Chile contra 2,6 vezes no México. No entanto, a participação do salário na renda nacional do México caiu de 30% para 22%, muito mais do que o que ocorreu no Chile. O aumento gerado pelas pressões básicas no Chile foram propagados, devido à coesão dos trabalhadores chilenos, para o resto da economia via aumento do salário, que compensou a perda de poder aquisitivo causada pela inflação. No México, por outro lado, ocorreu uma “verdadeira revolução

social em sentido inverso, sem a qual não se explicariam muitas das características sociais e políticas”, desse país. (Noyola, [1957] 2000, p. 297)

O sistema tributário mexicano foi tornando-se cada vez mais regressivo com a evolução dos preços, já que a taxa mínima de isenção de imposto de renda se manteve, reduzindo-se em termos reais, o mesmo ocorrendo, na direção oposto, para a taxa máxima. Além disso, as desvalorizações sucessivas da moeda mexicana, em um contexto de inexistência de taxa de câmbio preferencial, penalizaram o conjunto da população em favor do setor exportador. Os gastos públicos se retraíram em relação ao PIB, debilitando a qualidade dos serviços públicos, incluído a previdência social, que oferecia cobertura muito mais débil do que a chilena.

Quando analisa o mecanismo de propagação das pressões inflacionárias ligado ao crédito, ao contrário do que argumentava o FMI, Noyola afirma ter sido, para ambos os casos, o “mais passivo” dentre os mecanismos. Na realidade, a função do sistema financeiro teria consistido na “provisão de liquidez suficiente para a economia, em termos reais, para acompanhar o ritmo do crescimento dos preços.” A exceção foi o ano de 1947, no qual o México passou por uma restrição grave de crédito provocando uma crise financeira. Noyola afirma então que esse fenômeno teria “a demonstração muito elegante do conhecido axioma de que a política monetária só é realmente eficaz quando reduz a atividade econômica, gera desemprego, e atrasa o desenvolvimento econômico”³ (Noyola, [1957] 2000, p. 304)

Mas, onde se constrói a “revolução social em sentido inverso” é no reajuste de preços e de renda. Os controles de preços, ao contrário do que ocorre no Chile, foram muito pouco eficazes no México, permitindo aos empresários, tão monopolizados quanto no caso de seu par do sul, repassar facilmente as pressões inflacionárias. De outra parte, os trabalhadores tiveram dificuldades de pleitear reajustes para os salários. A abundância de mão de obra de baixo custo, resultado da grande porcentagem de trabalhadores rurais e do crescimento demográfico acelerado, teria enfraquecido a

³ Aqui nota-se, mais uma vez, a influência de Celso Furtado, que em 1952, relata que a aceleração dos preços que predominava na região após os anos 1930 tinha relação com o processo de crescimento experimentado pelas economias Latino-americanas sustentado no processo de industrialização por substituição de importações. Sua interpretação trazia para discussão a ideia de moeda passiva, que seria criada como necessidade do processo de crescimento. Furtado sustenta que no período de elevado crescimento da economia brasileira, a inflação teria tido um papel não intencional para a continuidade do processo de crescimento, provendo a liquidez necessária para dar fluidez às transações econômicas em meio ao acelerado crescimento (Furtado, 1952, Boianovsky, 2012)

organização sindical, que, na realidade, segundo Noyola, sempre foi desarticulada e fraudulenta. Os ganhos de produtividade acumulados ao longo do período analisado por Noyola foram assim incorporados à margem de lucro.

Assim, Noyola conclui: “Estabeleci essa comparação para mostrar o quão difícil é responder a uma pergunta: qual inflação foi a mais intensa, a chilena ou a mexicana? É evidente que, se a intensidade for medida em termos de aumento de preços, a inflação do Chile sairá vencedora, mas, se admitirmos que a inflação é uma luta entre diversos grupos sociais para melhorar ou manter sua participação na renda nacional, a inflação mexicana revela ter tido consequências distributivas muito mais profundas.” (Noyola, [1957] 2000, p. 297)

A riqueza da análise de Noyola, que se aprofunda nas características específicas de cada estrutura econômica, traz para o debate da inflação latino-americana, além de um detalhamento fracionado e setorial da dinâmica do processo inflacionário, a abordagem de Economia Política e do conflito distributivo, bebendo da fonte de Henri Aujac⁴. O menor índice de inflação no México foi alcançado devido às menores pressões básicas, que foram menores devido à reforma agrária realizada anteriormente, mas principalmente devido à capacidade do governo de submeter os trabalhadores frágeis e mal organizados a remunerações progressivamente menores em termos reais. No Chile, a unidade dos trabalhadores impediu que houvesse uma redistribuição regressiva da renda, o que terminou por resultar em maiores índices de inflação, enquanto que no México as classes com menor renda perderam participação no produto nacional (Danby, 2005).

Noyola constrói assim os primeiros aportes para uma Teoria Estruturalista da Inflação, e a aplica aos casos de México e Chile. As conclusões a que chega são extremamente interessantes, ressaltando principalmente aspectos de Economia Política ligados à inflação, como a distribuição de terras, a concentração dos mercados e a disputa por participação na renda. O caso do México, país de origem do autor, é bastante emblemático, pois parte de uma situação inicial de baixa concentração de terra e de um sistema tributário relativamente progressivo, mas, devido à fragilidade da organização sindical nas negociações para recompor os salários frente à inflação, passa

⁴ “Inflation as the Monetary Consequence of the Behaviour of Social Groups”, *International Economic Papers*, n4, Londres

a ter uma participação maior do setor empresarial na renda nacional. A inflação, como consequência, foi extremamente baixa, já que as pressões básicas foram relativamente pequenas e os mecanismos de propagação inibidos pela ineficácia da organização sindical.

3- Osvaldo Sunkel: aprofundando os passos de Noyola.

O esforço acadêmico que realiza Osvaldo Sunkel é uma continuação daquele empreendido por Noyola dois anos antes. Insatisfeito com o simplismo doutrinário da abordagem monetarista e preocupado com a dinâmica inflacionária de seu país, Sunkel se dedica à construção de um esquema analítico mais complexo que dê conta do fenômeno da inflação na economia chilena.

Assim como o autor que o precedeu, entende que é necessária “uma interpretação própria, condicionada pela realidade à qual se pretende aplicar-se” (Sunkel, [1958] 2000, p.312), e que portanto leve em conta o nível de desenvolvimento, a estrutura e a evolução histórica da economia que se busca analisar. O problema da inflação teria sua origem em aspectos básicos do desenvolvimento econômico, e teria intersecções não negligenciáveis com aspectos políticos, institucionais e sociais. O crescimento em si seria razão suficiente para desencadear processos inflacionários, devido aos desequilíbrios que um aumento na demanda poderia gerar em um sistema econômico subdesenvolvido onde o sistema de preços não funciona adequadamente. Assim, a análise se distancia fundamentalmente da abordagem monetarista, como bem ilustra Simonsen: “Me parece que a mais simples e provavelmente a melhor definição das visões conflitantes [sobre a dinâmica do processo inflacionário] repousa no sinal esperado da correlação entre inflação e crescimento. Monetaristas acreditam que esta correlação é negativa; estruturalistas creem num coeficiente de regressão positivo.” (Simonsen, 1964, p.108, traduzido).

O método de análise proposto por Sunkel é então direcionado especificamente para a economia chilena, bem como a economias com processos histórico-sócio-econômicos semelhantes, notadamente as economias latino-americanas. Tal método distingue dois aspectos fundamentais de análise para o fenômeno da inflação: “a identificação e classificação dos diversos elementos e categorias que intervêm no processo inflacionário; e a análise de suas inter-relações” (Sunkel, [1958], 2000). A principal diferença em relação ao método de Noyola é a classificação das pressões

inflacionárias em três categorias diferentes, e não duas: a) pressões inflacionárias básicas ou estruturais; b) as pressões inflacionárias circunstanciais; e c) as pressões inflacionárias induzidas pelo próprio fenômeno inflacionário ou cumulativas. O conceito de pressões inflacionárias básicas passa então a ser mais estreito, separado das pressões circunstanciais e cumulativas. Assim como em Noyola, além destas haveria ainda: d) os mecanismos de propagação.

As pressões inflacionárias básicas estariam fundamentalmente ligadas a limitações, rigidezes ou inflexibilidades estruturais do sistema econômico, e seriam as causas últimas de um processo inflacionário, incontornáveis em qualquer tentativa de estabilização de preços. A incapacidade do sistema produtivo de acompanhar a evolução da demanda (inelasticidade de oferta) seria o principal gerador de desequilíbrios inflacionários. As pressões circunstanciais seriam transitórias, ligadas a alterações em variáveis como o preço das importações ou o aumento dos gastos públicos, não necessariamente ligadas à dinâmica da economia em questão. Para esse tipo de pressão inflacionária não haveria solução definitiva, apenas mecanismos que pudessem mitigar os impactos sobre o nível de preços. As pressões inflacionárias cumulativas são pressões alimentadas pelo próprio processo inflacionário.

Os mecanismos de propagação são o meio pelo qual uma pressão inflacionária se dissemina por toda a economia. É, na verdade, resultado da luta de interesses entre grupos econômicos, que vão progressivamente reajustando seus preços em busca da manutenção de suas margens na renda nacional, em meio ao processo inflacionário. Esse processo será tanto maior quanto mais indefinidas forem as disputas pela renda nacional. As disputas ocorrem em dois níveis: entre as diferentes classes sociais que compõem a economia e entre os setores público e privado.

O esquema analítico proposto por Sunkel dá continuidade e aprofunda a proposta de seu colega de trabalho Noyola, com maior detalhamento das diferentes categorias de inflação. A ideia fundamental é, no entanto, basicamente a mesma, de que ao longo do processo de desenvolvimento surgem desequilíbrios no sistema produtivo, resultado da existência de obstáculos estruturais e da ineficácia do sistema de preços, que impedem que a produção acompanhe a evolução da demanda por bens em especial os agropecuários, e tais desequilíbrios se disseminam por toda a economia via mecanismos de propagação.

Depois de desenvolvido seu método, Sunkel busca aplicá-lo ao caso chileno. Isso é feito em três etapas, sintetizadas aqui: diagnóstico das pressões inflacionárias e dos mecanismos de propagação, avaliação dos programas de estabilização efetivamente empreendidos e sugestão de um programa alternativo para o combate à inflação chilena.

Não cabe a reprodução em detalhes de tudo o que identificou o autor como fontes de pressões inflacionárias, dado que são informações conjunturais a respeito de uma economia de mais de cinquenta anos atrás. No entanto, convém listá-las sinteticamente para ilustrar a categorização que realiza Sunkel, bem como para avaliar a coerência do programa de estabilização efetuado pelo governo chileno à época:

1 – Pressões Inflacionárias estruturais (ou básicas)

- a) Inflexibilidade de oferta: rigidez da oferta de alimentos; inelasticidade e falta de estabilidade na capacidade de importar; estrangulamentos específicos na oferta de bens e serviços
- b) Baixa taxa de formação de capital
- c) A tendência à deterioração da produtividade média da economia
- d) Falta de estabilidade, inflexibilidade e caráter regressivo do sistema tributário

2 – Pressões inflacionárias circunstanciais

- a) Aumento geral das remunerações
- b) Catástrofes nacionais
- c) Aumento dos preços das importações
- d) O período bélico
- e) Falta de estabilidade da economia internacional

3- Pressões inflacionárias cumulativas

- a) A orientação dos investimentos, enviesada pela má precificação
- b) As expectativas de inflação, forçando antecipações nos gastos
- c) A produtividade, reduzida pela recorrência de greves; proliferação e permanência de empresas ineficientes; controle de preços
- d) Falta de dinamismo das exportações

4- Mecanismos de propagação das pressões inflacionárias

- a) Déficit do setor público
- b) Reajustes nos soldos e salários
- c) Reajuste de preços
- d) Sistema de subsídios às importações

Considerando os fatores que pressionaram a evolução dos preços na economia chilena, agora cabe examinar o programa de estabilização econômica de 1956 e 1957, que foi criado como forma de conter o processo inflacionário que havia se agravado desde 1953. Foram as seguintes as medidas: a) política monetária restritiva; b) concessão de reajustes de proventos e salários em proporção inferior à alta do custo de vida; c) contenção dos gastos públicos e dos investimentos estatais; d) reforma cambial, com desvalorizações e a criação de um sistema de controle de importações; e) aumento nas tarifas dos serviços públicos, com o propósito de autofinanciar as empresas estatais; f) grande liberalidade na fixação dos preços dos produtos agropecuários.

Ao analisar brevemente as medidas postas em prática, nota-se que a maioria delas foi focada em atenuar os efeitos de propagação das pressões inflacionárias. A restrição monetária, o reajuste parcial dos salários, a contenção dos gastos públicos, o autofinanciamento das empresas estatais via tarifas, todas essas medidas se enquadram em soluções para arrefecer o efeito de propagação da elevação dos preços. As exceções foram duas. A primeira foi a reforma cambial, que por um lado instituiu taxas de câmbio múltiplas, o que teria favorecido a importação de bens de primeira necessidade, atenuando pressões circunstanciais, por outro desvalorizou a moeda nacional, dificultando a importação de bens de capital que seriam necessários para expandir a produção. A segunda foi a liberalização na fixação de preços de bens agropecuários, que provavelmente teve como intenção ajustar o sistema de preços, visando oferecer incentivos para expansão da produção agropecuária, o que pode ser entendido como uma medida anti pressões inflacionárias cumulativas.

No entanto, nenhuma das pressões inflacionárias estruturais diagnosticadas por Sunkel foi frontalmente combatida pelo programa de estabilização. As pressões básicas permaneceram, mas foram privadas dos mecanismos de propagação que disseminariam para o conjunto da economia a evolução do nível de preços. Dessa maneira, com o reajuste localizado em poucos setores da economia, houve um efeito redistributivo da renda, penalizando fortemente o setor público e a classe trabalhadora.⁵

⁵ Ao contrário do que possa parecer, não há contradição entre a análise que realizou Noyola, que descreve uma forte reação da classe trabalhadora chilena garantindo sua participação na renda nacional, e o que afirma Sunkel, ressaltando o caráter regressivo das políticas de estabilização chilenas. Noyola escreve sobre o início da década de 1950, enquanto que Sunkel se refere, quando analisa as políticas de estabilização, aos anos de 1956 e 1957.

Outra consequência derivada da política de estabilização foi a forte contração da atividade econômica, devido principalmente à política monetária contracionista. Todos os setores da economia se retraem no ano de 1957, mesmo com condições externas razoavelmente favoráveis. O país priorizou o combate à inflação em detrimento do desenvolvimento econômico, e sequer foi capaz de combater a inflação, pois não enfrentou as deficiências estruturais da economia que geravam desequilíbrios entre a oferta e a demanda, e consequentemente, inflação.

Por último, Sunkel se dedica à proposição de um programa de estabilização alternativo adequado às necessidades da economia chilena à época. Obviamente que o autor desenhou o programa considerando o esquema analítico que concebeu, priorizando assim as fontes de pressões consideradas por ele fundamentais.

O programa se divide da mesma maneira que seu esquema analítico, por tipo de problemas que geram pressões inflacionárias:

1 – Front de problemas estruturais

Para os problemas estruturais, o autor destaca a necessidade de se combater dois aspectos dentre aqueles que possam se enquadrar nessa categoria: a rigidez da oferta de produtos e a inflexibilidade e regressividade do sistema tributário.

Para a solução do primeiro, coloca-se como urgente a expansão da oferta de gêneros alimentícios, seja com o aumento da produção, seja via importações. A solução intuitiva é direcionar os investimentos públicos para o aumento da produção. Numa primeira etapa, os investimentos adicionais gerariam novos empregos e maior demanda por alimentos, além de maior demanda por importações, intensificando o problema no curto prazo, e daí deriva-se a necessidade de um enfoque estrito no setor agropecuário e de exportação. O aumento e diversificação das exportações funcionariam como solução temporária para os estrangulamentos que surgissem ao longo do processo de desenvolvimento, gerando margem no balanço de pagamentos para importações. O aumento dos investimentos no setor agropecuário teria como efeito secundário o aumento (e a homogeneização) da produtividade na economia chilena, fonte secular de anomalias para o funcionamento da economia.

Para o segundo problema a resposta seria a reforma tributária, focando a eliminação da inflexibilidade e da regressividade. A reforma deveria ainda ser

desenhada para reorientar os investimentos privados, priorizando setores como o de agricultura e exportador, e desencorajando novos investimentos na produção de bens suatuários. O câmbio serviria como instrumento auxiliar, devendo ser manejado de maneira a reforçar esse direcionamento.

2- Front dos problemas cumulativos

Dentre os problemas cumulativos, Sunkel destaca as distorções do sistema de preços como crucial, dado que incidem na orientação dos investimentos e, por conseguinte, da produção. No entanto, tais distorções seriam resultantes, na maioria das vezes, de tentativas de controles diretos à evolução dos preços. Como um controle desse gênero só atua na expressão monetária do problema da inflação, não deveriam ser utilizados, sendo progressivamente substituídos por medidas mais estruturantes que direcionem os investimentos.

Sunkel deposita confiança no melhor funcionamento da economia na ausência de controle direto de preços, que, segundo ele, perpetuaria ineficiência. Assim, num sistema menos enrijecido, o problema da baixa produtividade tenderia a ser solucionado.

3- Front dos mecanismos de propagação

A reforma tributária do item anterior teria, segundo o autor, impacto sobre as receitas do governo, reduzindo assim o déficit fiscal e seu efeito propagador das pressões inflacionárias. Os reajustes de soldos e salários deveriam seguir a lógica de recomposição do poder de compra, mas em um contexto reformado, a perda de valor real dos salários tenderia a ser menos expressiva, reduzindo a necessidade recorrente de reajustes. Sunkel propõe reajustes escalonados ao longo do tempo a partir de um certo teto do aumento do nível de preços, que deveria ser progressivamente reduzido à medida que fosse controlada a inflação.

4 – Front das pressões circunstanciais

Sunkel não propõe nenhuma medida específica para o controle dessas pressões, talvez por ter em mente um arcabouço teórico que reconheça a situação periférica da economia chilena, subjugada aos movimentos da economia internacional. No entanto, afirma que a conscientização sobre esse fenômeno poderia contribuir para que tais

pressões não fossem exacerbadas, recorrendo-se a alternativas em momentos em que determinados bens estivessem com preços inflados. De outra parte, a desarticulação dos mecanismos de propagação evitaria que pressões circunstanciais se disseminassem para o conjunto da economia.

Este é, em resumo, o programa de política de estabilização proposto por Sunkel. Apesar de escrito há mais de cinquenta anos, tem aspectos de grande atualidade e aplicabilidade considerável para as economias latino-americanas contemporâneas. O que diferencia o programa aqui descrito dos programas tradicionais de combate à inflação é o fato de considerar a complexidade do problema da inflação e da economia em questão, e dedicar instrumentos múltiplos para a solução de problemas múltiplos. Deriva, na realidade, de uma compreensão do fenômeno da evolução de preços enquanto manifestação de aspectos históricos, sociológicos e da estrutura econômica, e não apenas como uma simples emissão descontrolada de moeda.

Ao analisa-lo de mais perto, tal programa anti-inflacionário confunde-se com um programa de reformas para o desenvolvimento econômico, tendo como expressão da necessidade de atenção por parte da gestão pública a inflação. Parece muito mais realista encarar a inflação como fenômeno partícipe do processo de desenvolvimento, do que como um simples excesso de papel moeda em circulação.

Conclusão

Esse artigo teve como objetivo revisitar os autores estruturalistas da primeira geração em seus escritos relacionados ao tema da inflação, buscando sintetizar seu método de análise. É um esforço preliminar, que tratou basicamente de três autores, tendo outros como complemento para o debate do período. No entanto, esses três autores são aqueles que, junto com Celso Furtado, mais destaque tiveram no cenário econômico latino-americano da década de 1950. Os argumentos aqui expostos, de certa maneira, estavam no centro do debate de política econômica em toda a América Latina no final dos anos 1950, culminando na conferência de proporção incomum, *Inflation and Growth in Latin America*, no Rio de Janeiro em 1963. Não seria um erro dizer que, após o texto inaugural de Prebisch, que delineia a dicotomia centro-periferia, a inflação passou a ser a principal controvérsia dos debates econômicos da América Latina.

As conclusões que se pode tirar dessa releitura são valiosas, considerando o atual contexto onde a política de combate à inflação, ao menos no discurso oficial, se resume ao manejo da taxa de juros como forma de gerir a demanda agregada. O diagnóstico é que a inflação repousa fundamentalmente no excesso de demanda, alavancada por excessos de emissão monetária e gasto público.

Os autores estruturalistas invertem a lógica. Como a demanda é o propulsor do desenvolvimento, não é interpretada como o mal a ser combatido, e a análise se debruça no porque da oferta não acompanhar a evolução da demanda. É claro que incrementos súbitos na demanda tem potencial inflacionário, mas caso a oferta se amplie na mesma proporção tal potencial não se concretizará, e o sistema produtivo terá alcançado um patamar superior, avançando no processo de desenvolvimento. De qualquer forma, “quando a alternativa à inflação é a estagnação econômica ou o desemprego, é preferível optar pela primeira, ou seja, pela inflação.” (Noyola, [1958] 2000, p. 306)

A abordagem estruturalista tem outra vantagem em relação ao *mainstream* de política econômica atual. Se a inelasticidade da oferta é vista como ponto focal do processo inflacionário, as análises não se resumem a isso. Buscam ter em conta de todos os aspectos da economia (e da sociedade) que possam contribuir para tal processo, categorizando-os cuidadosamente para que instrumentos específicos possam ser pensados para solucioná-los. É uma abordagem complexa que considera a trajetória histórica do objeto de análise, e que busca oferecer ao *policy makers* alternativas de controle inflacionário que não se limitem à política monetária, “que só começa a ser eficaz no momento em que estrangula o desenvolvimento econômico.” (Noyola, [1958] 2000, p.306)

O esforço de recuperar essa abordagem e aplicá-la a realidade atual representa um grande potencial, que pode desaguar no desenho de políticas econômicas que sejam mais bem adaptadas às necessidades de cada uma das economias latino-americanas. É um método que busca combater a inflação diretamente em suas causas, com instrumentos variados pensados para o caso específico de cada economia, sem comprometer todo o arcabouço de política macroeconômica, como é o que ocorre no Brasil e na maior parte dos países latino-americanos atualmente.

Referências Bibliográficas

Aujac, H. [1950] 1954. Inflation as the monetary consequence of the behavior of social groups. *International Economic Papers* 4: 109-23.

Baer, W. 1967. The inflation controversy in Latin America: a survey. *Latin American Research Review*. 2: 3-25.

Baer, W. and I. Kerstenetzky (eds). 1964. *Inflation and growth in Latin America*. Homewood (Illinois): Richard D. Irwin.

Bielschowsky, R. 1988. *Pensamento econômico brasileiro - O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio: IPEA.

Boianovsky, M. 2008a. Furtado, Celso (1920-2004). In *The New Palgrave Dictionary of Economics*, 2nd. edition. Edited by S. Durlauf and L. Blume. London: Palgrave Macmillan.

Boianovsky, M. 2008b. Simonsen, Mario Henrique (1935-1997). In *The New Palgrave*

Boianovsky, M. 2012. Furtado and the structuralist-monetarist debate on economic stabilization in Latin America. *History of Political Economy* 44.2.

Dictionary of Economics, 2nd. edition. Edited by S. Durlauf and L. Blume. London: Palgrave Macmillan.

Bulhões, O. G. 1950. Inflation and Industrialization - a Brazilian viewpoint. In C. Wagley, O. G.

Bulhões, S. J. Stein and C. Smith. *Four papers presented in the Institute for Brazilian Studies*. Nashville: Vanderbilt University Press.

Campos, R.O. 1961a. Two views on inflation in Latin America. In A. Hirschman (ed).

Campos, R.O. 1961b. Inflation and balanced growth. In Ellis and Wallich (eds), ch. 4.

Campos, R.O. [1964] 1967. *Economic development and inflation, with special reference to Latin America*. In *Reflections on Latin American development*. Austin: University of Texas Press.

Canavese, A. 1982. The structuralist explanation in the theory of inflation. *World Development*. 10: 253-29.

CEPAL 1956. Algunos aspectos de la aceleracion del processo inflacionario en Chile. Boletín Económico de America Latina. 1: 43-51.

CEPAL. 1957. El desequilibrio externo en el desarrollo economico latinoamericano - el caso de Mexico. E/CN.12/428. New York: United Nations.

CEPAL. 1961. Inflation and Growth, 6 volumes. Unpublished typescript. E/CN.12/563.

[Lessa, C.] CEPAL. 1964. Fifteen years of economic policy in Brazil. Economic Bulletin for Latin America. 9: 153-214.

Danby, C. 2005. Noyola's institutional approach to inflation. Journal of the History of Economic Thought. 27: 161-178.

Escobar, L. G. 1964. Organizational Requirements for Stability and Growth, In Baer and Kerstenetzky (eds), p.146-147.

Furtado, C. 1952. Formação de capital e desenvolvimento economico. Revista Brasileira de Economia. 6.3: 7-46.

Furtado, C. [1952] 1954. Capital formation and economic development. Translation by J. Cairncross of Furtado (1952). International Economic Papers. 4: 124-44. Furtado, C. 1954. A economia brasileira. Rio: A Noite.

Furtado, C. 1955a. Comments on "Exposição Geral da Situação Economica do Brasil". Economica Brasileira. 1: 55-58.

Furtado, C. 1955b. Review of Gudin 1952. Economica Brasileira. 1: 120-23.

Furtado, C. 1958a. The external disequilibrium in the underdeveloped economies. Indian Journal of Economics. 38: 403-10.

Furtado, C. 1958b. Perspectivas da Economia Brasileira. Rio: ISEB.

Furtado, C. 1959a. O desequilibrio externo nas estruturas subdesenvolvidas (External disequilibrium in underdeveloped structures). Unpublished thesis submitted for a professorship competition. Rio.

Furtado, C. 1959b. Review of Hirschman (1958). Econômica Brasileira. 5: 64-65.

Furtado, C. 1959c. Ninguna politica esta justificada como no sea en virtud del desarrollo economico del pais. El Trimestre Economico. 26: 136-40.

Furtado, C. 1960. Industrialização e inflação - análise do desenvolvimento recente do Brasil. *Econômica Brasileira*. 6: 74-91.

Furtado, C. [1959] 1963. *The Economic Growth of Brazil - A Survey from Colonial to Modern Times*. Berkeley: University of California Press. Translation by R. Aguiar and E. Drysdale of *Formação Econômica do Brasil*. Rio: Fundo de Cultura 1959.

Furtado, C. [1961] 1964. *Development and Underdevelopment*. Berkeley: University of California Press. Translation by R. Aguiar and E. Drysdale of *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio: Fundo de Cultura 1961.

Furtado, C. [1962] 2011. O Plano Trienal e o desenvolvimento. In *O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento*, ed. Por R. F. Aguiar Furtado. Rio: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado.

Furtado, C. 1964. Panel: fiscal and financial policy. In Baer and Kerstenetzky (eds): 496-99.

Furtado, C. 1965. Development and stagnation in Latin America: a structuralist approach. *Studies in Comparative International Development*. 1: 159-75.

Furtado, C. [1960] 1967. Industrialization and inflation - an analysis of the recent course of economic development in Brazil. Translation by P. Schwartz and E. Henderson of Furtado (1960). *International Economic Papers* 12: 101-19.

Furtado, C. 1972. *Análise do 'Modelo' Brasileiro*. Rio: Civilização Brasileira.

Furtado, C. 1985. *A Fantasia Organizada*. Rio: Paz e Terra

Hirschman, A. 1958. *The strategy of economic development*. New Haven and London: Yale University Press.

Hirschman, A. (ed). 1961a. *Latin American Issues*. New York: Twentieth Century Fund

Lewis, A. 1954. Economic development with unlimited supplies of labor. *Manchester School*. 22: 139-91.

Lewis, A. 1964. Closing remarks. In Baer and Kerstenetzky (eds): 21-33.

Noyola, J. 1949b. *Desequilibrio fundamental y fomento económico en México*. Tesis de Licenciado en Economía. Unpublished typescript. Universidade Nacional Autónoma de México.

Noyola, J. 1955a. Inflacion y desarrollo en Chile. Unpublished typescript. CEPAL Archives, Santiago.

Noyola, J. 1955b. Review of Furtado 1954. *Economica Brasileira* 1: 191-95.

Noyola, J. 1956. El desarrollo economico y la inflacion en Mexico y otros paises Latinoamericanos. *Investigacion Economica*. 16: 603-48.

Noyola, J. [1957] 2000. Inflação e desenvolvimento econômico no Chile e no México. In *Cinquenta anos de Pensamento na Cepal*, Bielschowsky, R. (org.)

Pinto, A. 1959. Estabilidade e desenvolvimento. *Econômica Brasileira*. 5: 3-30.

Pinto, A. [1963] 1970. A análise da inflação - estruturalistas e monetaristas: um inventario. In *Inflação e desenvolvimento*. Petropolis: Vozes.

Pinto, A. [1959] 1969. Nem estabilidade, nem desenvolvimento – a política do FMI. In *Inflação e Desenvolvimento, Caminhos Brasileiros* 3, Furtado, C. (org).

Prebisch, R. [1949] 2000. O desenvolvimento económico da América Latina e alguns dos seus problemas principais. In *Cinquenta anos de Pensamento na Cepal*, Bielschowsky, R. (org.)

Prebisch, R. 1952. Notas sobre el desarrollo económico, la inflación y la política monetaria y fiscal. Unpublished typescript. CEPAL Archives.

Prebisch, R. 1961. Economic development or monetary stability: the false dilemma. *Economic Bulletin for Latin America*. 6.1

Prebisch, R. 1984. Five stages in my thinking on development. In G.M. Meier and D. Seers (eds). *Pioneers in Development*. Oxford: University Press, for the World Bank

Ruggles, R. Summary of the Conference on Inflation and Economic Growth in Latin America, . In Baer and Kerstenetzky (eds): 3-20.

Simonsen, M.H. 1964. Comment. In Baer and Kerstenetzky (eds): 107-10.

Simonsen, M.H. 1970. Inflação: gradualismo versus tratamento de choque. Rio: Apec.

Sunkel, O. 2000 [1958]. A Inflação Chilena: um enfoque heterodoxo. In *Cinquenta anos de Pensamento na Cepal*, Bielschowsky, R. (org.)